

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE  
JULHO DE 2017**

**PGE**

**PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DO ACRE**

**CADERNO DE PROVAS**

## **PROVA DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA PGE/AC - 2017**

### **QUESTÕES OBJETIVAS**

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1) (Ano: 2017 Banca: CESPE  
Órgão: MPE-RR Prova: Promotor  
de Justiça Substituto)**

**Segundo a CF, a propriedade rural deve cumprir a denominada função social. Para o cumprimento dessa função, a CF prevê o cumprimento de determinadas exigências, como a:**

- a)** priorização da propriedade coletiva.
- b)** limitação de dimensão equivalente ao módulo rural.
- c)** exploração que favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores.

**d)** manutenção da propriedade sem nenhum controle estatal.

**2) (Ano: 2017 Banca: CESPE  
Órgão: TRE-PE Prova: Analista  
Judiciário - Área Judiciária)**

**O *habeas corpus* é cabível:**

- a)** para discutir excessivo valor exigido a título de alimentos em decisão que tenha decretado a prisão civil do devedor.
- b)** em favor de pessoa jurídica, pois tem como objetivo fazer cessar todo e qualquer constrangimento ilegal.
- c)** para afastar pena acessória de perda de cargo público imposta em sentença penal condenatória.
- d)** em casos de flagrante ilegalidade da prisão civil por dívida de alimentos.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**3) (Ano: 2017 Banca: CESPE  
Órgão: TRE-PE Prova: Técnico  
Judiciário – Área Administrativa)**

**Com referência à organização  
político-administrativa do  
Estado, assinale a opção correta.**

- a)** Os municípios são subordinados administrativamente aos estados em que estiverem localizados.
- b)** Do ponto de vista político-administrativo, os estados federados são subordinados à União.
- c)** É permitido à União, mas vedado aos estados, recusar fé aos documentos públicos.
- d)** É vedado a todos os entes da Federação estabelecer cultos religiosos.

---

**4) (Ano 2016 Banca: FCC Órgão:  
AL-MS Prova: Agente de Apoio  
Legislativo)**

**Nos termos da Constituição Federal, a convocação de plebiscito é competência exclusiva:**

- a)** do Senado Federal.
- b)** do Presidente da República.
- c)** do Congresso Nacional.

**d)** da Câmara dos Deputados.

**5) (Ano: 2015 Banca: FCC Órgão:  
TCE-CE Prova: Técnico de  
Controle Externo-Administração)**

**Na estrutura constitucional  
brasileira, o Tribunal de Contas:**

- a)** integra a estrutura do Poder Executivo, funcionando como órgão de controle interno das contas públicas.
- b)** integra a estrutura do Poder Judiciário, possuindo competências próprias.
- c)** é órgão independente e autônomo, estando arrolado dentre as funções essenciais à Justiça.
- d)** possui autonomia, competindo-lhe exercer função auxiliar ao Poder Legislativo.

**6) (Ano: 2017 Banca: CESPE  
Órgão: PC-GO Prova: Delegado  
de Polícia Substituto)**

**No modelo de funcionamento da justiça montado no Brasil, entendeu-se ser indispensável a existência de determinadas funções essenciais à justiça. Nesse sentido, a CF considera como funções essenciais à justiça**

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- a)** o Poder Judiciário, o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- b)** o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública, a advocacia e as polícias civil e militar.
- c)** o Poder Judiciário e o Ministério Público.
- d)** o Ministério Público, a defensoria pública, a advocacia pública e a advocacia.

**7) (Ano: 2017 Banca: FCC Órgão: TRE-SP Prova: Técnico Judiciário – Área Administrativa)**

**Aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública e da Defensoria Pública aplica-se igualmente a regra constitucional segundo a qual**

**a)** farão jus a um abono de permanência, previsto para os servidores titulares de cargo efetivo, caso completem as exigências para aposentadoria voluntária com proventos integrais e optem por permanecer em atividade.

**b)** ingressam nas classes iniciais das carreiras mediante concurso público de provas e títulos, sendo vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.

- c)** exercem, nos termos da lei complementar que dispuser sobre a organização e o funcionamento da instituição que integram, as atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo.
- d)** estão proibidos de receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

**8) (Ano: 2015 Banca: VUNESP  
Órgão: PC-CE Prova: Escrivão de  
Polícia Civil de 1ª Classe)**

**Conforme o disposto na Constituição Federal, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas os**

- a)** Juízes estaduais.
- b)** Procuradores do Estado.
- c)** Promotores de Justiça.
- d)** Defensores Públicos.

**9) (Ano: 2017 Banca: COSEAC  
Órgão: UFF Prova: Auxiliar em  
Administração)**

**De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 37, o prazo de validade do concurso público será de:**

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- a)** tempo indeterminado, até que todos os candidatos aprovados sejam convocados para assumir suas funções.
  - b)** um ano, prorrogável sempre que necessário, para atender aos aprovados.
  - c)** três anos, sem direito a prorrogação.
  - d)** até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- 

**10) (Ano: 2014 Banca: VUNESP  
Órgão: PGM – SP Prova:  
Procurador do Município)**

**Para atingir o bem comum, o Estado se estrutura para exercer o poder político. Nesse sentido, seguindo o conceito de Forma de Estado, a organização pode ser**

- a)** monarquia ou república.
- b)** Democracia ou autocracia.
- c)** unitário ou federal.
- d)** presidencialista ou parlamentarista.

**DIREITO AMBIENTAL**

**11) São fontes materiais do Direito Ambiental:**

- a)** legislação, jurisprudência e doutrina;
- b)** legislação e jurisprudência;
- c)** legislação;
- d)** movimentos populares, descobertas científicas e doutrina.

**12) O dever de se preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações decorre de qual princípio do Direito Ambiental?**

- a)** princípio da prevenção;
- b)** princípio da função social da propriedade;
- c)** princípio da solidariedade intergeracional;
- d)** princípio da participação comunitária.

**13) A proteção ambiental é competência comum de todos os entes federados, porém o Estado Federal é caracterizado pela existência de competências próprias de cada ente federado. Qual princípio orienta a repartição constitucional de competências ambientais, harmonizando a competência**

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**comum e a autonomia dos entes federados:**

- a)** princípio da cooperação;
- b)** princípio da predominância do interesse.
- c)** princípio da solidariedade;
- d)** princípio da primazia da União;

**14) A responsabilidade civil em matéria ambiental é:**

- a)** subjetiva e solidária;
- b)** subjetiva e simples;
- c)** objetiva e solidária;
- d)** objetiva e simples.

**15) A licença ambiental é uma manifestação:**

- a)** do poder de polícia ambiental em seu aspecto preventivo;
- b)** do poder de polícia ambiental em seu aspecto repressivo;
- c)** do poder hierárquico do Poder Público sobre os particulares;
- d)** do poder regulamentar dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**16) (IESES/2016 - adaptada)** No novo Código de Processo Civil, preocupou-se o legislador em assegurar uma prestação jurisdicional célere e elevar o grau de justiça. Para isso, foram valorados alguns princípios constitucionais, dos quais podemos destacar:

- a)** Evidenciados no Novo Código de Processo Civil apenas os princípios da celeridade, da razoabilidade e do contraditório.
- b)** Essencialmente o princípio do juiz natural e da celeridade.
- c)** Princípio da ampla defesa, do contraditório, do devido processo legal, da celeridade, da dignidade da pessoa humana, moralidade, publicidade e razoabilidade.
- d)** Somente os princípios da celeridade e da dignidade da pessoa humana.

**17) (FCC/2016 - adaptada)**  
**Sobre o direito processual intertemporal, o novo Código de Processo Civil:**

- a)** retroage porque a norma processual é de natureza cogente.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**b)** torna aplicáveis a todas as provas as disposições de direito probatório adotadas, ainda que requeridas antes do início de sua vigência.

**c)** extinguiu o procedimento sumário, impondo a extinção de todas as ações ajuizadas sob este procedimento, incluindo as anteriores à sua entrada em vigor.

**d)** não possui efeito retroativo e se aplica, em regra, aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

**18) Sobre a Nulidade processual, marque a opção CORRETA:**

**a)** o juiz não a pronunciará quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite.

**b)** o erro de forma invalida o ato ainda que possa ser aproveitado sem prejuízo à defesa das partes.

**c)** pode ser alegada, em regra, em qualquer momento, não estando sujeita a preclusão.

**d)** se verifica e se declara independentemente da existência de prejuízo.

**19) De acordo com o novo Código de Processo Civil, para postular em juízo é necessário:**

**a)** possibilidade e capacidade.

**b)** interesse e legitimidade.

**c)** legitimidade e possibilidade.

**d)** capacidade e vontade.

**20) Carlos ajuizou ação pelo procedimento comum contra o Estado do Acre. Considere as seguintes assertivas:**

**I** – O Estado do Acre terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentar sua contestação;

**II** – Durante o processo, o Estado do Acre terá o benefício do prazo em dobro, inclusive quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

**III** – Na hipótese do enunciado, não será o caso de remessa necessária se o Estado do Acre for condenado a valor certo e líquido inferior a 500 (quinhentos) salários-mínimos.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

**a)** I, II e III

**b)** I e II

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- c)** I e III
- d)** III

**21) Sobre a Contestação no novo Código de Processo Civil, marque a alternativa INCORRETA:**

**a)** Ainda que não alegada em contestação, o juiz poderá conhecer de ofício a convenção de arbitragem.

**b)** Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento, sob pena de arcar com as despesas processuais e de indenizar o autor pelos prejuízos decorrentes da falta de indicação.

**c)** Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.

**d)** Na contestação, o ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

**22) Sobre os Recursos no novo Código de Processo Civil, marque a alternativa INCORRETA:**

**a)** Da sentença cabe apelação. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

**b)** A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer.

**c)** O recorrente poderá, a qualquer tempo, somente com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

**d)** Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

**23) Sobre a Competência no novo Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar que:**

**a)** A incompetência absoluta será alegada como questão preliminar de contestação. A relativa será alegada por meio de exceção de incompetência.

**b)** Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

c) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

d) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

**24) No que diz respeito ao procedimento previsto para os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, DF, Territórios e Municípios, regulado pela Lei n. 12.153/2009, marque a opção CORRETA:**

- a) O Estado pode ser autor de ação no Juizado Especial.
- b) Os prazos da Fazenda Pública são contados em dobro.
- c) É aplicável o instituto da remessa necessária.
- d) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos

**25) Marque a alternativa INCORRETA com relação ao**

**procedimento de Execução, segundo o novo Código de Processo Civil:**

- a) A ocorrência da prescrição intercorrente é uma forma de extinção do processo de execução.
- b) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.
- c) Não estão sujeitos à execução os bens que a lei considera impenhoráveis ou inalienáveis.
- d) A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.

**DIREITO CIVIL**

**26) (FEPSE 2017) Assinale a alternativa que indica corretamente o momento em que começa a personalidade civil da pessoa natural.**

- a) Concepção uterina.
- b) Nascimento com vida.
- c) Registro no Cartório Civil.
- d) Ao completar dezoito anos.

**27) (TRT11 2017) A respeito das pessoas jurídicas, é correto afirmar que:**

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- a)** as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.
- b)** velará pelas fundações o Ministério Público Federal, quando estenderem a atividade por mais de um Estado da Federação.
- c)** as associações não podem ter finalidade econômica, mesmo com expressa previsão estatutária.
- d)** os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

**28) (TRT 11 2017) Rafael vendeu uma fazenda para Valdir, estabelecendo que o comprador só entrará na posse do imóvel quando tiver construído uma igreja para os colonos. Tal negócio está sujeito**

- a)** a termo final.
- b)** a termo inicial.
- c)** à condição resolutiva.
- d)** à condição suspensiva.

**29) (FCC 2016) Um diamante de formato e brilho únicos, exposto em museu de artes, e uma piscina que adorna uma casa de veraneio são considerados, pelo**

**Código Civil, respectivamente, um bem**

- a)** fungível e indivisível, no caso do diamante, e uma benfeitoria voluptuária, no caso da piscina.
- b)** fungível e divisível, no caso do diamante, e uma benfeitoria voluptuária, no caso da piscina.
- c)** fungível e indivisível, no caso do diamante, e uma benfeitoria útil, no caso da piscina.
- d)** infungível e indivisível, no caso do diamante, e uma benfeitoria voluptuária, no caso da piscina.

**30) (FCC 2016) Raul foi picado por uma cobra e levado às pressas para hospital particular. Ao chegar ao local, informaram-lhe que, para que recebesse tratamento, teria que realizar depósito no valor de R\$ 50.000,00 em favor do hospital. Premido pela necessidade de salvar-se, Raul realizou o depósito, apesar de julgar a obrigação excessivamente onerosa. O negócio jurídico padece do vício**

- a)** coação, que é causa de nulidade.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- b)** lesão, que é causa de nulidade.
- c)** estado de perigo, que é causa de anulabilidade.
- d)** dolo, que é causa de anulabilidade.

**31) (FCC 2016) José cumpriu todos os requisitos para a aposentação, inclusive o temporal. Contudo, apesar de poder se aposentar, optou por continuar trabalhando. Passado algum tempo, entrou em vigência lei que ampliou o prazo necessário à aposentação. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, referida lei possui efeito**

- a)** imediato, porém não atingirá José, que tem direito adquirido a se aposentar no prazo da lei anterior.
- b)** imediato, e atingirá José, que possuía mera faculdade jurídica a se aposentar no prazo da lei anterior.
- c)** imediato, e atingirá José, que possuía mera expectativa de direito a se aposentar no prazo da lei anterior.
- d)** imediato, porém não atingirá José, porque a lei nova não revoga a

anterior quando há direitos adquiridos a serem resguardados.

**32) (FCC 2016) Assinale a alternativa CORRETA sobre conceito de Contrato.**

- a)** É um objeto ilícito e forma prescrita ou não vedada em lei .
- b)** Firmado coercitivamente.
- c)** Um negócio jurídico unilateral.
- d)** É um acordo de vontades entre as partes.

**33) (UFMT 2016) Dispõe a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil, que é pessoa jurídica de direito privado:**

- a)** A autarquia.
- b)** O Município.
- c)** A organização religiosa.
- d)** O Distrito Federal.

**34) (TJ-MT 2016) É direito irrenunciável:**

- a)** Propriedade.
- b)** Alimentos.
- c)** Posse.
- d)** Sucessão.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**35) FGV 2015) Em matéria de bens públicos, o Código Civil estabelece que o seu uso comum:**

- a)** deve ser necessariamente gratuito, já que tais bens pertencem a toda a coletividade de forma geral e abstrata;
- b)** deve ser necessariamente retribuído, por meio de contribuição econômica por parte dos particulares beneficiados;
- c)** pode ser gratuito ou retribuído, conforme decidir arbitrariamente a autoridade competente;
- d)** pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem;

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**36) Acerca dos princípios inerentes à atividade da Administração Pública, assinale a alternativa correta:**

- a)** O princípio da moralidade está ligado à ideia de que o administrador público deve utilizar os meios mais eficientes durante suas atividades;

- b)** O princípio da verdade real não se aplica aos processos administrativos disciplinares quando a decisão puder acarretar a imposição de penalidade ao agente público;
- c)** A contratação de estagiários pela Procuradoria-Geral do Estado, por meio de processo seletivo, decorre do dever de obediência ao princípio da impessoalidade;
- d)** O princípio da eficiência administrativa alcançou status constitucional com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

**37) Sobre o regime jurídico dos agentes públicos da administração pública estadual, assinale a alternativa incorreta.**

- a)** Os servidores da administração indireta são contratados por meio de concurso público e seu vínculo jurídico é firmado de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- b)** Segundo a Constituição Federal, o servidor público, ocupante de cargo público, após adquirida a estabilidade, poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

- c) Para se aposentar voluntariamente, o servidor público titular de cargo efetivo, deverá ter cumprido, dentre outros requisitos, tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria;
- d) Os estagiários da Procuradoria-Geral do Estado são considerados agentes públicos.

**38) Analise os itens a seguir que tratam sobre as licitações e contratos administrativos e assinale a alternativa correta.**

- I.** Concurso, convite e tomada de preços são modalidades de licitação;
- II.** O aumento do IPI posterior à celebração de um contrato com a administração estadual, que acarrete a necessidade de revisão dos termos da avença, caracteriza o que a doutrina chama de fato da administração;
- III.** Em virtude da indisponibilidade do interesse público, os contratos administrativos não podem ser rescindidos amigavelmente;

- a) Apenas os itens I e III estão corretos;
- b) Apenas os itens I e II estão corretos;

- c) Apenas os itens II e III estão corretos;
- d) Apenas o item I está correto;

**39) A Secretaria de Estado de Educação, atendendo aos anseios de determinada comunidade, quer ampliar a área de uma escola, uma vez que a demanda de alunos na região dobrou em relação ao período em que esta escola foi construída. Analisando a situação apresentada, e considerando que não há mais espaço no terreno onde está localizada a escola, qual dos instrumentos a seguir poderá a Administração Pública se utilizar para concretizar sua pretensão?**

- a) Limitação administrativa;
- b) Desapropriação;
- c) Servidão administrativa;
- d) Tombamento.

**40) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.**

- a) O uso dos bens públicos pode ser gratuito ou remunerado;
- b) Os bens públicos podem ser classificados em bens de uso especial, dominicais e de uso exclusivo do povo;
- c) A alienação dos bens públicos pode ser realizada diretamente a entidades públicas ou privadas que

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

manifestem interesse na sua aquisição;

**d)** Determinado bem público poderá ser adquirido por usucapião quando a posse do terceiro perdurar por mais de 15 anos sem oposição do ente público ao qual pertence.

**DIREITO TRABALHO e PROCESSO DO TRABALHO**

**41) São requisitos da relação de emprego:**

**a)** Pessoalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e alteridade.

**b)** Pessoalidade, eventualidade, onerosidade, subordinação e alteridade.

**c)** Pessoalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e assiduidade.

**d)** Pessoalidade, eventualidade, onerosidade, subordinação e assiduidade.

**42) Assinale a alternativa correta:**

**a)** Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual

salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou tempo de serviço.

**b)** Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, ainda que diferente a produtividade, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

**c)** Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, ainda que o paradigma seja trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental.

**d)** Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

**43) Segundo o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:**

**a)** A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional;

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**b)** O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não haja participado da relação processual e não conste do título executivo judicial.

**c)** Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

**d)** A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, excetuadas as multas de natureza processual.

**44) São órgãos da Justiça do Trabalho:**

**a)** O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho; as Juntas de Conciliação e Julgamento.

**b)** O Conselho Nacional da Justiça do Trabalho; o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho.

**c)** O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho.

**d)** O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais de Alçada Trabalhista; os Juízes do Trabalho.

**45) São recursos trabalhistas:**

**a)** recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso especial e agravo de petição.

**b)** recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso extraordinário e apelação.

**c)** recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso de revista e agravo de petição.

**d)** recurso ordinário, embargos de declaração, agravo retido, recurso de revista e agravo de petição.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**46) De acordo com o CTN, é de cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, o prazo para a propositura de ação para a cobrança do crédito tributário. De acordo com o CTN:**

- a)** O referido prazo, que é prescricional, se interrompe pela citação pessoal feita ao devedor.
- b)** Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor, interrompe a fluência do referido prazo.
- c)** A não propositura dessa ação, no referido prazo, acarretará a decadência do direito fazendário de cobrar.
- d)** Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor suspende a fluência do referido prazo.

**47) O princípio da capacidade contributiva relaciona-se diretamente com o seguinte princípio constitucional:**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a)** Legalidade.
- b)** Irretroatividade.
- c)** Isonomia.

- d)** Anterioridade.

**48) Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal o princípio constitucional da vedação ao confisco:**

- a)** É endereçado exclusivamente ao legislador.
- b)** Aplica-se apenas aos tributos.
- c)** Admite sejam estabelecidas multas que ultrapassam cinco vezes o valor do tributo devido.
- d)** Resulta violado, sempre que o resultado das múltiplas incidências tributárias estabelecidas pela mesma entidade estatal afetar substancialmente, de maneira irrazoável, o patrimônio e/ou os rendimentos de determinado contribuinte.

**49) A chamada imunidade recíproca, prevista na Constituição Federal de 1988, veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:**

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- a)** Instituir impostos e taxas sobre o patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros.
- b)** Instituir tributos sobre o patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**c)** Instituir taxas sobre o patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros.

**d)** Instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço, uns dos outros.

**50) A respeito da penhora, a Lei das Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80) determina:**

**a)** São impenhoráveis direitos e ações.

**b)** Deverá ser penhorado em primeiro lugar pedras e metais preciosos e, em segundo lugar, dinheiro.

**c)** Somente na fase final do processo, o juiz ordenará de ofício a remoção do bem penhorado para depósito judicial, particular ou da Fazenda Pública exequente.

**d)** Excepcionalmente, a penhora poderá recair sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, bem como em plantações ou edifícios em construção.

## QUESTÃO DISSERTATIVA

### **Moral** (mo. ral)

[...]

sm.

4. O conjunto dos valores morais de cada um: *Era dono de um moral inabalável*

5. Estado de espírito; ânimo: *Essa notícia levantou o meu moral*

[...]

9. Ref. ao espírito, em oposição ao físico, ao material (sofrimento moral)

[...]

Fonte: Dicionário Aulete Digital

**Considerando as previsões legais e constitucionais que protegem integridade da esfera jurídica dos cidadãos brasileiros, disserte juridicamente sobre a questão da indenização por danos morais, abordando, ao menos, os seguintes pontos: conceito jurídico; possibilidade de cumulação do pedido de danos morais com outros pedidos de indenização civil; e possibilidade de imposição de indenização com caráter punitivo. Poderão ser**

**abordados outros elementos que o candidato entender pertinentes ao tema.**

No julgamento da dissertação serão levados em consideração os seguintes elementos: coesão e clareza do texto; ortografia e gramática; mérito da argumentação jurídica.

**Mínimo: 25 linhas**

**Máximo: 50 linhas**

**COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**

**COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC  
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS**